Acervo ISA
CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : CIMI

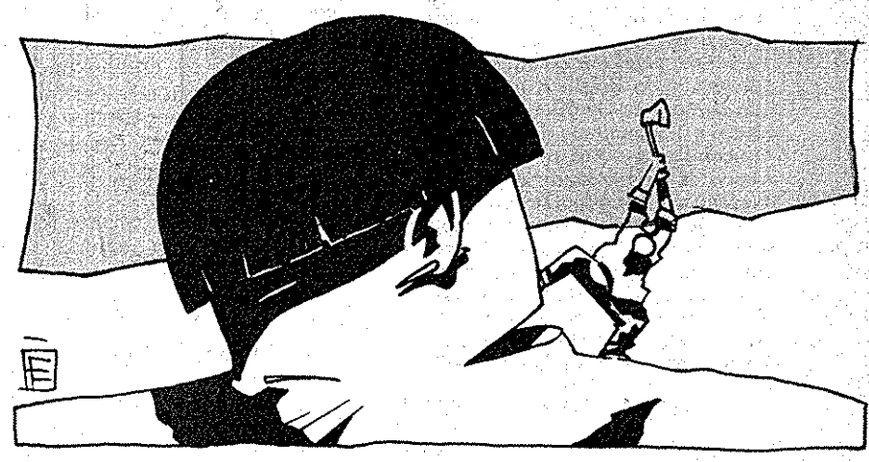
IIR00694

DATA : 12 04 92

PG. : 07

Violência contra os índios

Dom Apparecido José Dias



No intuito de compartilhar solidariamente as angústias dos povos indígenas do Brasil, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou recentemente os resultados do levantamento sobre a violência contra os índios, no decorrer de 1991. Os dados foram coletados pelos próprios missionários atuantes nas diversas Áreas e caracterizam a existência de verdadeiro clima de violência.

Crescente desde 1988, quando se fez a primeira pesquisa sobre o assunto, esta violência provocou, somente no ano passado, 269 mortes. Foram 27 assassinatos, 21 suicídios, 206 óbtos causados por epidemias, além de outros 15 por razões diversas. A isto se somam nove tentativas de suicídio, 14 ameaças de morte, 14 prisões ilegais, 30 agressões físicas, nove constrangimentos ilegais, seis invasões praticadas por garimpeiros, 16 por madeireiros, fazendeiros e posseiros.

Em 1991, foram assassinados 27 índios, 14 a mais do que no ano anterior. Alguns assassinatos ocorreram com requintes de crueldade. O corpo do makuxi Geraldo Mendes foi encontrado amarrado nas águas do rio Maú, onde garimpava, com marcas de tiro na testa, abaixo do ouvido e na garganta. Os makuxis vivem em Roraima, próximos à fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, e é o povo que mais agressão sofreu no ano passado. Mas foi no Maranhão onde ocorreram mais assassinatos, exatamente oito. Conflitos fundiários foram as principais causas desse tipo de violência. Vinte e um assassinatos tiveram envolvimento direto dos invasores das terras indígenas, especialmente fazendeiros, e quatro garimpeiros.

Os suicídios continuam sendo uma ameaça particularmente aos guaranis kaiowás. Em 1991 foram registrados 21, contra 31 no ano anterior. Além de menor, o número ainda é extremamente preocupante, pois só neste ano seis guaranis kaiowás já suicidaram-se. A situação é tão desesperadora que os próprios guaranis têm dado mostras de que já não é tão importante continuar vivendo.

Dos 21 suicídios, 17 ocorreram entre os guaranis, três entre os ticunas, e um entre os makuxis. A maioria entre jovens por enforcamento. Um rapaz makuxi suicidou-se para não ser levado preso uma segunda vez. Acusado de roubo, ele tinha sido detido e levado à Penitenciária de Boa Vista, capital de Roraima, onde foi seviciado por outros presos e por policiais. Foi solto para que pudesse trabalhar numa fazenda com o pai. Os dois mataram uma galinha do fazendeiro e foram denunciados à polícia, além de terem sido obrigados a comer os ossos da ave. A possibilidade de ser novamente preso deixou-o deprimido. Ele não resistiu e se matou.

É gravíssima a situação sócio-econômica entre os guaranis, especialmente pela falta de terra, o que os impede de exercerem plenamente a cultura tradicional. Povo essencialmente religioso, os guaranis são hoje vítimas do alcoolismo, da interferência de várias seitas religiosas e da exploração da mão-de-obra em condições semi-escravas em plantações de cana-de-açúcar e em usinas de álcool. E enquanto não for solucionado o problema da terra não será resolvido o problema dos suicídios.

O Cimi registrou a ocorrência de 38 surtos de epidemias, envolvendo 26 povos indígenas. A malária foi a doença que provocou o número maior de surtos, exatamente dez, atingindo mais de sete mil índios. Só entre os ianomamis foram registrados seis mil 788 casos da doença, que levaram à morte 79 índios, de janeiro a outubro. Há o registro da morte de 206 índios devido a algum surto.

Só a malária, sozinha ou acompanhada de outra doença, foi responsável por 121 óbitos. Os ianomamis tiveram mais surtos que qualquer outro povo, causados quase sempre pelos garimpeiros invasores do território indígena.

Mas, também, a falta de assistência médica às comunidades indígenas foi responsável pelo aparecimento de surtos. Muitos deles poderiam ter sido evitados com simples campanhas de vacinação ou tratamentos preventivos. Mas são poucos os povos indígenas que contam com assistência de um profissional de saúde e sempre faltam medicamentos essenciais nas aldeias.

Para o Cimi, a solução desses conflitos exige a demarcação de todas as terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, como determina a Constituição brasileira. Mas somente a demarcação não basta. É necessário também que o Governo brasileiro promova a retirada de todos os invasores, os responsáveis diretos pelas agressões cotidianamente praticadas contra os povos indígenas. No Brasil, terra demarcada nunca significou terra livre de invasores. E a retirada desses ocupantes ilegais só será possível quando o atual governo definir uma política em relação aos povos indígenas, o que até agora não ocorreu. Problemas ligados à terra também foram o motivo mais importante das tentativas de homicídio e ameaças de morte.

A impunidade é outra causa de tantos assassinatos. Dos 27 ocorridos, o Cimi possui informação sobre algum tipo de providência em, relação a onze casos. Mas apenas os envolvidos em dois assassinatos foram detidos.

O levantamento sobre a violência contra os povos indígenas será entregue à Procuradoria Geral da República, ao ministro da Justiça e a parlamentares. O Cimi considera fundamental que as informações desse tipo sejam fornecidas aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para que providências sejam tomadas. Se nada for feito, o cotidiano dos povos indígenas no Brasil continuará sendo marcado pela violência.

Os missionários que reconhecem nas feições concretíssimas dos índios brasileiros, vítimas de tanta violência e vivendo em condições desumanas, o rosto sofredor do próprio Cristo, questionam, e interpelam a si e à sociedade: **até quando se manterá, devido à natureza dos nossos corações, este clima de violência contra nossos irmãos índios?**

■ **Dom Apparecido José Dias é presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)**